

RENTABILIDADE DA CAFEICULTURA TRADICIONAL NA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 1995 A 2004*

Múcio Tosta Gonçalves

Rodrigo de Almeida Pontes

Alberto Magno Borges Miranda.

RESUMO

A cafeicultura mineira registrou na última década uma sucessão de preços que não remuneraram a atividade, chegando a registrar em 2002 o menor preço recebido pelos produtores nos últimos 30 anos. Desta forma, o período de 1995 a 2004 caracterizou-se por uma brutal transferência de renda dos cafeicultores, e em especial dos produtores de Minas Gerais (o maior produtor nacional), para as empresas internacionais compradoras do produto e para os países consumidores. A partir da análise das condições de evolução da produção e da tecnologia adotada pelos produtores tradicionais de café, o presente artigo tem como objetivo analisar a rentabilidade obtida do café do sul de Minas Gerais (maior região produtora do estado). A investigação foi realizada por meio da análise do custo médio de produção, das relações de troca e dos valores de venda do produto, e suas implicações no desempenho econômico de lavouras de café arábica que utilizam um sistema tradicional de produção. Pretende-se através desta análise, sensibilizar as diversas lideranças que representam os segmentos da cadeia de produção do café em Minas Gerais; os poderes públicos, produtores e técnicos envolvidos com a atividade, visando à formulação de políticas públicas e privadas, que minimizem a ocorrência dos efeitos danosos ocorridos neste período e sua repetição num futuro próximo.

Palavras-chave: cafeicultura; rentabilidade agrícola; transferência de renda.

1. INTRODUÇÃO

Após a expansão econômica movida pela exploração e exportação do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro e da pecuária, e desde a sua introdução no território brasileiro em 1727, a cafeicultura cumpriu no processo de desenvolvimento econômico brasileiro as funções de geração de divisas, formação de mercado consumidor para produtos não agrícolas, fornecimento de mão-de-obra para a diversificação da economia e de matéria-prima para a indústria (BACHA, 2004).

A partir da metade do século XIX, os excedentes de capitais da cafeicultura foram transferidos, diretamente ou indiretamente, para outras atividades como infra-estrutura, sistema bancário e indústrias, além de possibilitar a geração de divisas necessárias para a importação de máquinas e equipamentos necessários à construção das ferrovias e indústrias. A dinâmica da cafeicultura em toda a sua trajetória promoveu o desenvolvimento econômico e social das regiões onde foi implantada, sendo um vetor importante de geração de renda, divisas e empregos.

A expansão do café no Brasil iniciou-se no Rio de Janeiro, graças à disponibilidade, na então província, de infra-estrutura de transportes, comercialização e financiamento, além da de terra, capitais, mão-de-obra e empresários. A atividade se intensificou de tal modo que já na década de 1820 o café ocupava o terceiro lugar na pauta de exportações do país, perdendo para o açúcar e o algodão. Paulatinamente, passou a englobar mais de 40% do valor das exportações brasileiras na década de 1840.

Ao longo do século XIX, o café conquistou uma posição de destaque no comércio exterior, e mesmo as quedas sazonais dos preços internacionais do produto não desanimaram os

produtores, que aumentaram a produção e as exportações do café. Essa evolução contribuiu para que as receitas totais das exportações brasileiras diminuíssem menos do que se esperava, ao mesmo tempo em que criou as condições necessárias para a futura expansão da atividade por boa parte do sudeste do país.

À medida que a inserção do Brasil no mercado capitalista mundial se efetivava, marcada pela herança colonial primário exportadora, o café assumiu a liderança da pauta de exportações, cumprindo um papel funcional para o desenvolvimento econômico nacional (NETTO, 1959).

A partir da sua disseminação pelo interior paulista, o café encontrou abundância de terras de qualidade, a terra roxa, o que propiciou aumentos significativos na produção, tanto em termos absolutos como em termos relativos. São Paulo tornou-se, então, e em detrimento do Rio de Janeiro, o principal produtor brasileiro.

Com a Crise de 1929, o estrangulamento do setor externo gerou déficits sucessivos na balança comercial. Aliada à crise, a deflagração da 2ª Guerra Mundial em 1939, fez com que as condições favoráveis que se mantiveram a partir de 1850 se revertissem. No âmbito da política econômica, a forte dependência de uma estratégia, assentada essencialmente nos financiamentos gerados pelo setor exportador, foi substituída pela estratégia de substituição de importações. Contudo, isso não significou a eliminação da participação do setor exportador (TAVARES, 1988).

A partir de 1954, quando as condições externas voltaram a ser francamente restritivas, após o breve período de crescimento reiniciado em 1945, o Brasil conseguiu acelerar a sua taxa de crescimento mediante a contribuição do café.

Na verdade, a cafeicultura desempenhou papel importante no processo de substituição de importações. Não obstante estar perdendo posição para o setor industrial no financiamento do processo de desenvolvimento desde a década de 1930, a atividade ainda detinha papel expressivo no tocante à geração de divisas (ANDRADE, 1994).

Quanto a Minas Gerais, desde o final do século XIX que a produção cafeeira era regionalmente importante. Expandindo-se a partir do Rio de Janeiro pela Zona da Mata e, posteriormente, a partir do oeste paulista para o Sul de Minas, a cafeicultura mineira beneficiou-se de um conjunto de políticas públicas mais ou menos sistemáticas até pelo menos meados do século XX.

Os benefícios do conjunto de planos e programas, dentre os quais a criação do Instituto Brasileiro do Café. IBC e dos planos de erradicação dos cafezais em meados da década de 1960 (quando houve uma redução da área plantada e uma combinação de preços melhores e subsídios) promoveu Minas Gerais a uma posição destacada na cafeicultura nacional (ANDRADE, 1994; BACHA, 1988; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, 1989).

A partir da década de 1970, a política cafeeira adotou um rumo oposto ao tomado na década de 1960, num contexto de elevação de preços conjugada à diminuição dos estoques nacionais. Foram implementados programas de reerguimento da cafeicultura, cujo cerne era a ampliação do parque cafeeiro e a adoção de técnicas mais apuradas (GOMES, 1988).

Assim, as políticas e os investimentos federal e estadual para o café propiciaram a capitalização do setor e geraram melhorias nos sistemas de transportes e de armazenamento e na assistência técnica. Isso fez com que o café liderasse a arrancada da agricultura estadual da estagnação, projetando a taxa anual média de crescimento do PIB agrícola, de 1,6% ao ano no quinquênio 1962/1967, para 5,9% no seguinte, 1967/73, e para 6,6% ao ano no período 1973/80. (NABUCO, 1990).

A economia mineira, que se encontrava estagnada, recuperou parte de seu prestígio no âmbito nacional na década de 1980, o que foi possível em larga medida graças à retomada da cafeicultura na década anterior. No final dos anos 1970, Minas já superava o Paraná como o maior produtor nacional.(NABUCO, 1990).

Com relação à área plantada, Minas Gerais passou da média anual de cerca de 300 mil hectares nos anos 1960 para mais de 400 mil no início dos anos 1970. A competitividade da produção estadual, medida pela produtividade (sacas por ha), também cresceu, saltando de 20,6 sacas/ha em 1968/1969 para 43,7 sacas/ha no biênio 1979/1980 (GOMES, 1988).

A Tabela I apresenta um deslocamento rápido da área de produção cafeeira no país onde intervalos de aproximadamente 10 anos, entre os anos de 1969 e 1989, foram suficientes para a migração do pólo de produção do Paraná para São Paulo e em seguida para Minas Gerais.

Conforme demonstram os dados da Tabela I, entre 1969 e 1989 o estado do Paraná apresentou uma queda de 64,01% na sua participação na área total cultivada de café no país, enquanto São Paulo sofreu uma queda de 28,67%, mesmo registrando em 1981 o maior percentual de área plantada. No mesmo período, o estado de Minas Gerais cresceu 173,91%, atingindo a maior área plantada do país em 1989 com 31,5% do total.

Tabela I
Evolução da área plantada de café (%)

Estados	1969	1981	1989	1994	2004
Paraná	45,3	25,6	16,3	8,8	5,3
São Paulo	30,0	34,0	21,4	13,0	9,2
Minas Gerais	11,5	21,4	31,5	42,5	45,3
Espírito Santo	8,6	11,1	16,8	21,5	22,9
Outros	4,6	7,9	14,0	14,2	17,3

Fonte: 1969 a 1994 AEC/AEB e 2004 CONAB/EMBRAPA

O deslocamento espacial da cafeicultura no território nacional, em especial para Minas Gerais (que deteve o melhor desempenho em termos de expansão de sua atividade cafeeira ao longo dos anos 1970 e 1980), também ocorreu dentro do estado. Assim, a Zona da Mata foi perdendo importância ao longo do século XX e o Sul de Minas foi ganhando importância considerável na distribuição da produção estadual.

Dentre os fatores que exerceram influência para a dinamização da cafeicultura na região destacam-se a disponibilidade de terras, a proximidade da cafeicultura paulista, as condições edafoclimáticas favoráveis (solos adequados e terras férteis). Também contribuíram as condições topográficas da região, que limitavam a diversificação de culturas mecanizadas. Além do Sul de Minas, a expansão da cafeicultura mineira foi possível também pela formação e ocupação de uma nova zona cafeeira, nas regiões do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, que assumiu características distintas, baseadas no uso intensivo de máquinas, insumos e implementos agrícolas, aproveitando das distintas condições topográficas e da conformação edafoclimática microrregional. Outro fator importante nessa expansão foi a presença de cafeicultores vindos do Paraná e de São Paulo (ANDRADE, 1994).

A partir de 1989, Minas Gerais passou a ser o Estado com a maior área cultivada de café no Brasil, registrando em 2004 uma área de 1.001.577 hectares, representando 45,3% de toda a área em produção no país e uma participação de 48,5% na produção nacional.

O café é, atualmente, o 2º produto da pauta de exportação de Minas Gerais, gerando em 2004, US\$ 1,2 bilhões em divisas (SECEX), e o principal produto do agronegócio mineiro, com uma renda de R\$ 4,1 bilhões no mesmo ano (FAEMG, Valor Bruto da Produção Agropecuária).

Esta rápida expansão, num curto período de tempo, tem implicações significativas sobre a logística de comercialização, industrialização e exportação; os movimentos de criação de centros de comércio em áreas novas de produção, e o distanciamento da matéria prima das indústrias fixadas anteriormente em estados como o Paraná e São Paulo, e distanciadas dos portos tradicionais de exportação como Santos e Rio de Janeiro são alguns dos aspectos relevantes deste período.

A velocidade de mudança na arquitetura e no mercado cafeeiro, a inserção de novas regiões produtoras compõem um movimento que merece atenção e acompanhamento por parte de toda a cadeia de produção de café do Estado.

Estes dados além de trazer preocupações com os empregos e renda geradas pela principal cadeia produtiva do agronegócio mineiro, sinalizam efeitos sobre uma política de agregação de valor à cadeia do café em Minas Gerais.

O mercado cafeeiro mundial também tem demonstrado nos últimos anos uma movimentação e uma entrada muito forte e acelerada de novos países no mercado. O exemplo mais recente e que assustou o Brasil foi a velocidade de crescimento do Vietnã, que num período de 10 anos (1996 a 2005); passou de uma produção de 4 milhões para 15 milhões de sacas, registrando um aumento de 275% na produção.

Os dados de participação (*market share*) e renda dos cafés brasileiros no mercado internacional tem se mostrado decrescentes, onde as mudanças na preferência dos consumidores e geração de novos produtos tem se mostrado como desafios estratégicos para a manutenção e crescimento da cafeicultura brasileira.

2. PERDA DE RENDA DA CAFEICULTURA MINEIRA

No auge da crise em 2002, a Organização Internacional do Café - OIC, em um estudo que analisava o desempenho do café na década dos anos 1990, já sinalizava uma crise internacional de efeito devastador sobre a renda dos cafeicultores.

Segundo dados da OIC, em uma década, o negócio mundial do café mais que duplicou, saindo de um mercado de US\$ 30 bilhões em 1991 para US\$ 70 bilhões em 2001, porém o rendimento dos países produtores caiu de US\$ 9 bilhões para US\$ 5,6 bilhões.

No período que compreende os anos de 1990 a 2001, os países produtores tiveram uma queda de 73,3% na sua renda, saindo de uma participação de 30% do mercado para 8%, enquanto os países consumidores no mesmo período saíram de uma participação de 70% para 92% da renda gerada pelo setor, com um aumento de 31,4%.

A cafeicultura mineira atravessou o período de 1995 a 2004 incrementando em média sua produção em 35% do volume, conforme dados da Tabela II, apresentada a seguir.

No ciclo de alta produção, nos intervalos de safra iniciados em 1996, alternados até 2004, temos um incremento de 30% na produção do café, e nos intervalos compreendidos de 1997 até 2003, em anos alternados, temos um ciclo de baixa produção com crescimento de 40%.

Estes períodos em análise apresentam uma queda na renda do cafeicultor de 50,5% no ciclo de alta, e uma queda de 58,4% no ciclo de baixa, ou seja, para um crescimento de 30% e 40% da produção, nos ciclos de alta e de baixa, temos uma queda de 50,5% e 58,4% respectivamente, na renda do setor.

Esta situação retrata um desencontro entre os ganhos de produção e a renda da cafeicultura do Estado neste período. Enquanto a produção média aumentou em 35% a renda do produtor diminuiu em média 54,4%.

Tabela II

Dados da Produção, Valor Bruto da Produção, e Exportações do Estado de Minas Gerais entre 1996 e 2004¹

Ano	Produção Mil Sc 60 Kg	VBP Milhões US\$	Volume Exportado Ton	Valor Exportado US\$
1995	9.200	1.382,00	-	-
1996	15.000	1.881,00	394.518	898.490.348
1997	8.600	1.641,48	507.127	1.660.467.704
1998	19.600	2.885,90	607.259	1.470.791.868
1999	13.900	1.402,64	714.965	1.299.135.650
2000	15.900	1.427,18	596.730	987.808.882
2001	14.700	734,41	821.734	825.527.340
2002	25.100	1.097,62	957.651	806.378.253
2003	12.050	683,11	895.494	902.146.535
2004	18.777	1.349,13	986.698	1.248.426.755

1. Os dados de 1995 não foram incluídos na tabela porque à partir de 1996 a metodologia de acompanhamento do volume exportado e Valor exportado foram modificadas. Fonte: Conab/FAEMG

Conforme tabela acima os dados de volume e valor das exportações mineiras retratam um cenário e transferência de renda para compradores internacionais mediante os preços não remuneratórios à cadeia produtiva do café em Minas Gerais.

No período em estudo, observamos uma tendência de crescimento do volume de café exportado por Minas Gerais registrando um aumento de 150% no período, enquanto a renda com as exportações no período cresceram apenas 39%. Estas linhas de tendência são demonstradas nas Figuras 1 e 2, a seguir.

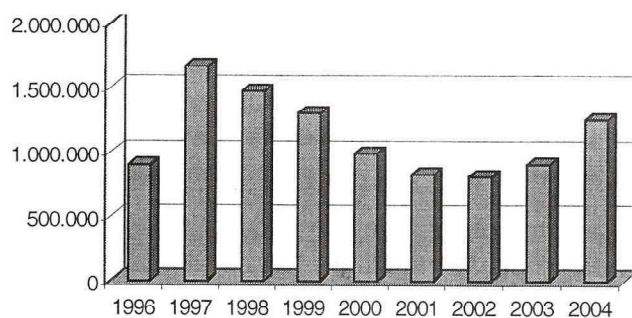


Figura 1. Valor das exportações (Mil US\$) por Minas Gerais.

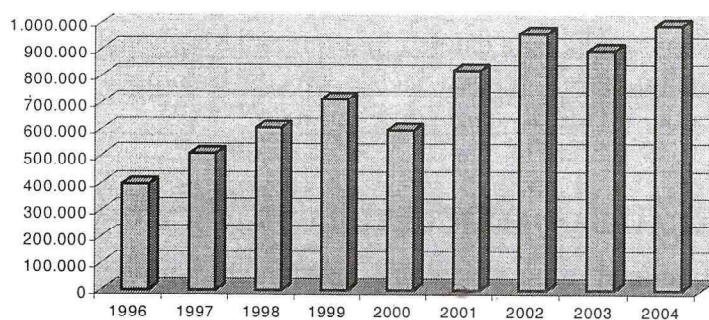


Figura 2. Volume Exportado (Toneladas) por Minas Gerais.

3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO CAFÉ EM MINAS GERAIS - 1995 A 2004

Minas Gerais possui 853 municípios, e a atividade cafeeira é encontrada em 678 deles (IBGE-2004), sendo que a concentração da produção esta representada nas microrregiões destacadas conforme apresentado na Figura 3.

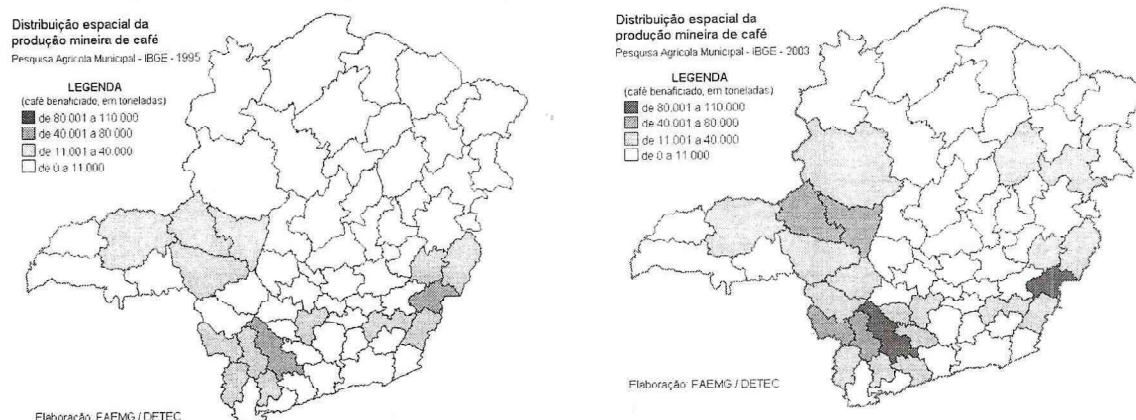


Figura 3. Distribuição Espacial da Produção Mineira de Café - 1995 e 2003.

A distribuição espacial da cafeicultura em Minas Gerais no período em estudo não sofreu modificações substanciais. O café é cultivado nas mesmas regiões, fisiográficas, e a mudança é observada no aumento de produção nas mesmas áreas devido à introdução de novas técnicas; principalmente de plantios adensados.

A concentração das áreas produtivas (Sul de Minas, Cerrado, Zona da Mata e Jequitinhonha), pode ser caracterizada entre outras, pela condição de cultura perene, tradição das áreas cultivadas no Estado, custo alto de entrada e saída do negócio, infra-estrutura, cadeia de comercialização instalada, adaptação do cultivo de café com pacotes tecnológicos adaptados às regiões de produção.

Destacam-se as microrregiões de Varginha e Manhuaçu que ultrapassaram, segundo o mapa gráfico, a produção de 80.000 toneladas, Patrocínio, Patos de Minas, Alfenas e São Sebastião do Paraíso que atingiram o patamar de produção entre 40.000 e 80.000 toneladas e a inserção das microrregiões de Passos, Pium-í, Campo Belo, Lavras, Teófilo Otoni e Capelinha, que aumentaram sua produção no período analisado para a faixa de 11.000 a 40.000 toneladas.

A região sul do estado é a principal região produtora do país e a que possui a melhor organização comercial da produção em Minas Gerais, seguida pela região do Cerrado. Dados de 2004 (MAPA/CONAB) indicam o Sul de Minas com participação de 54% na produção do Estado de Minas Gerais, o Cerrado Mineiro com 18% e a Zona da Mata e o Jequitinhonha com 28%.

Devido a essa representatividade na cafeicultura mineira e nacional, a região sul de Minas foi escolhida neste trabalho como referencial de preços e tomada de informações para as avaliações sobre a rentabilidade do setor como um todo.

4. CARACTERIZAÇÃO DA CAFEICULTURA TRADICIONAL

A estrutura organizacional da cafeicultura sul-mineira através do dinamismo de suas cooperativas é fator estratégico do desenvolvimento do setor nesta região. Várias cooperativas de cafeicultores se destacam no sul de Minas e escolhemos a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - COOXUPÉ e a Cooperativa de Cafeicultores de São Sebastião do

Paraíso - COOPARAISO, como referências principais dos dados e das informações deste trabalho pela sua representatividade e abrangência na região.

Segundo classificação da COOXUPÉ, a cafeicultura tradicional se caracteriza como um sistema de produção que possibilita ganhos de produtividade entre 10 e 30 sacas/ha, e desta forma se encontram dentro da média da produção nacional. A cafeicultura tradicional com produtividade média de 20 sacas/ha caracteriza a média de produtividade da cafeicultura nacional, representando um extrato significativo da média por hectare dos produtores de café.

Essa produção se caracteriza ainda por ser executada em áreas pequenas, não mecanizáveis, sendo uma cultura que tende a se manter por não existir uma boa alternativa agrícola para substituí-la.

Os fatores positivos de competição da cafeicultura tradicional nesta região são o regime de chuvas regulares, solos com boa estrutura física, tradição no cultivo e comercialização, boa infra-estrutura e organização do setor, sendo os fatores negativos as dificuldades nos tratos culturais devido à declividade acentuada dos terrenos (dificuldade de mecanização), decorrendo em maior uso de mão-de-obra, umidade na época da colheita e possibilidade de geadas que podem prejudicar a qualidade do produto e produtividade das plantas.

5. CUSTO DE PRODUÇÃO DO CAFÉ

O custo de produção do café envolve as despesas anuais com insumos de produção, serviços na condução da lavoura, colheita e preparo, acrescido das despesas indiretas das depreciações do cafezal, benfeitorias e os juros sobre o capital circulante.

Neste estudo optamos em usar os valores dos custos operacionais de produção que incluem os gastos operacionais por faixa de produtividade, em solos de média fertilidade, excluindo os encargos, depreciações e custo financeiro.

A escolha do custo operacional se deu por sabermos que o custo de produção guarda estreita correlação com o nível de produtividade das lavouras, e no caso em estudo será analisada uma situação baseada na média brasileira de 20 sacas por hectare e um comparativo com 10 e 30 sacas por hectare.

Tabela III
Evolução do custo médio de produção de café por faixa de produtividade

Ano	Preço Médio pago ao produtor US\$/Saca (1)	Custo Unitário Total (US\$)		
		10 SC (2)	20 SC (3)	30 SC (4)
1995	150,25	181,60	132,01	110,09
1996	125,42	180,32	132,56	111,16
1997	190,87	176,28	129,84	109,19
1998	147,24	170,21	124,25	104,02
1999	100,91	128,68	96,20	80,16
2000	89,76	136,54	99,89	83,34
2001	49,96	111,30	81,79	68,36
2002	43,73	95,51	70,57	59,13
2003	56,69	103,67	77,77	65,73
2004	71,85	127,34	95,70	80,96

Fonte: Cooparaiso

As despesas no sistema tradicional de produção em condição de cafezal adensado, e trato manual sofre um impacto muito expressivo do custo dos insumos e no valor pago à mão-de-obra.

Segundo dados da Tabela III, no período analisado de 1995 a 2004 a produtividade de 10 sacas por hectare mostrou-se insuficiente em todos as safras, à exceção de 1997, para cobrir as despesas com a condução das lavouras, chegando em situações extremas como na safra de 2001 quando foram investidas 2,2 vezes mais que o preço recebido pelo produtor, mostrando-se em todos os casos analisados inviável economicamente. Os produtores com níveis de produtividade nesta faixa não conseguem retorno financeiro para sua atividade.

A produtividade de 20 sacas por hectare foi suficiente para gerar renda ao produtor apenas nos anos de 1995, 1997, 1998 e 1999, sendo que as outras seis safras foram insuficientes para auferir lucro ao cafeicultor. Com produtividades de 30 sacas por hectare o produtor de café tradicional conseguiu obter lucro nos seis primeiros anos do período analisado, sendo que a partir de 2001 não apresenta índices de rentabilidade.

Em sendo o índice de maior rentabilidade é registrado no ano safra 1997, com 75% acima do custo de produção para uma produtividade de 30 Sacas/ha e o déficit mais expressivo é registrado em 2001 de 55% para uma produtividade de 10 Sacas/ha.

O preço médio recebido pelo produtor no período em estudo sofre variação de 336,5 %, mostrando uma oscilação enorme entre o preço mais baixo e o mais alto. Neste período apenas entre os anos de 1996 e 1997 e 2003 e 2004 houveram um aumento nos preços do café, respectivamente de 52% e 27%, sendo que nas outras sete situações foram de quedas significativas e constantes ao longo dos anos, com índices médios de queda de 24,12% ao ano nos preços recebidos pelos cafeicultores.

Esta situação caracteriza um período seguido de crise de quatro anos entre os anos de 2001 e 2004, onde mesmo produtividades de 30 sacas/ha não foram suficientes para gerar renda para o setor.

A tabela IV, apresentada a seguir, fornece os índices de rentabilidade para as produtividades de 10, 20 e 30 sacas por hectare, sinalizando lucro apenas nos anos de 1997 para os três índices de produtividade. Nos anos de 1995, 1998, 1999, apresenta lucro para as produtividades de 20 e 30 sacas, e em 2000 apresenta lucratividade somente para a produtividade de 30 sacas por hectare.

Tabela IV
Evolução da rentabilidade percentual média da produção de café por faixa de produtividade
(número índice > 1 = % rentabilidade)

ANO	Rentabilidade % 10 Sc/ha (1/2)	Rentabilidade % 20 Sc/ha (1/3)	Rentabilidade % 30 Sc/ha (1/4)
1995	0,83	1,14	1,36
1996	0,69	0,95	1,13
1997	1,08	1,47	1,75
1998	0,86	1,18	1,41
1999	0,78	1,05	1,26
2000	0,66	0,90	1,08
2001	0,45	0,61	0,73
2002	0,46	0,62	0,74
2003	0,55	0,73	0,86
2004	0,56	0,75	0,89

Fonte: Cooparaíso

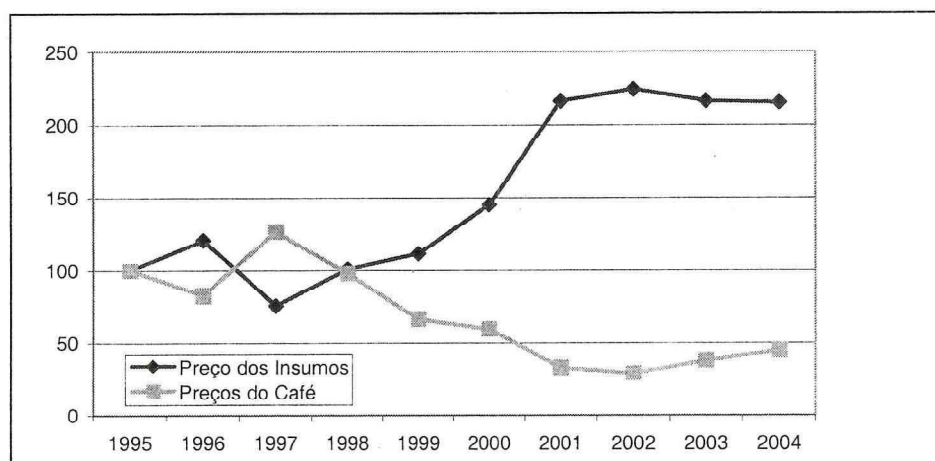
Além de preços abaixo do custo de produção, os produtores rurais conviveram neste período com um grande aumento dos custos dos insumos, principalmente fertilizantes e agroquímicos.

Esta situação refletiu em queda de 60% no poder de compra dos cafeicultores quando se compara a relação de troca entre os preços que são pagos pelos insumos e recebidos pelos produtores.

Comparando os dois distintos períodos de preços pagos pelos cafeicultores em insumos para produção com o preço recebido pelos produtores pelo café, constatar-se-á um aumento médio de 86% para fertilizantes, 102% para defensivos, 113% para máquinas e equipamentos e uma queda e 43% no preço recebido pelos produtores. A Figura 4, apresentada em seguida, indica esses movimentos contrários da evolução média dos termos de troca entre o café e os demais produtos mencionados.

Tabela V
Relação de troca do café Tipo 6 em dois períodos: 1995 a 1999 e 2000 a 2004

INSUMOS	PODER DE TROCA (A) 1995 a 1999 (média)	PODER DE TROCA (B) 2000 a 2004 (média)	Variação % (A)/(B)
Fertilizantes (ton)	1,18	2,20	86%
Defensivos (Kg ou L)	0,57	1,15	102%
Máquinas e Equip. (unid)	55,93	119,37	113%
Preço Café US\$ (Sc 60 Kg)	142,94	61,18	(43%)



Fonte: Cooparaiso

Figura 4. Evolução percentual média do poder de troca do café - 1995 a 2004.

6. CONCLUSÃO

De 1995 a 2004 Minas Gerais dobrou sua produção, aumentou em 2,5 vezes o volume de café exportado, mas as receitas cambiais aumentaram apenas a metade. Os preços do café exportado saíram de US\$ 150,00 por saca em 1995 e atingiram o patamar de US\$ 43,00 por saca em 2002, registrando neste período os menores preços dos últimos 30 anos e em 2004 atingiu apenas a metade dos preços praticados em 1995. No período que compreende 2000 e 2004 a transferência de renda da cafeicultura mineira foi ainda maior.

Minas Gerais atingiu níveis crescentes e recordes de produção e exportação, mas apesar destes aumentos, ocorreram quedas substanciais na renda dos produtores e na receita cambial.

Fica clara a transferência de renda e da eficiência gerada na propriedade rural para outros agentes.

Apesar de todo este esforço empreendido pelos cafeicultores, os preços nos últimos quatro anos não foram remuneradores para o produtor, que acabou por vender seu produto neste período sempre abaixo do custo de produção.

Investimentos realizados para aumentar a produção, em um cenário de alta dos preços de insumos e conseqüente acréscimo do custo de produção, resultaram em endividamento progressivo do setor que não conseguiu superar quatro anos de preços internacionais deprimidos.

7. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rogério Geraldo. **A expansão da cafeicultura em Minas Gerais**: da intervenção do estado à liberalização do mercado. CEDEPLAR-UFMG, 1994.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café (vários números).
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Relatório Final da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira**. Belo Horizonte, 2004.
- BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução recente da cafeicultura mineira**: determinantes e impactos. São Paulo, 1988. Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado).
- _____. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo, Editora Atlas, 2004.
- GOMES, Maria de Fátima A. B. Café: algumas considerações. **Indicadores de Conjuntura**, Belo Horizonte, 1988.
- MATIELLO, José Braz; SANTINATO, Roberto; GARCIA, Antonio Wander; ALMEIDA, Saulo;
- FERNANDES, Durval. **Cultura de Café no Brasil**; Novo Manual de Recomendações. Rio de Janeiro; MAPA. Fundação PRÓ-CAFÉ, maio de 2002.
- NABUCO, Maria Regina. **Brasil e Minas Gerais: modernização e modernidade na agricultura**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1990.
- NETTO, A. Delfim. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Editora, 1959. Série Ensaios Econômicos, v. 16.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

* Publicado originalmente nos Anais do I CIDRAF - I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar, São Luiz Gonzaga-RS, nov. 2005.